

# Titulação quilombola

**Estimativa revela que, se mantiver atual ritmo, governo federal levará 2.708 anos para titular todos os quilombos com processos abertos no Incra.**

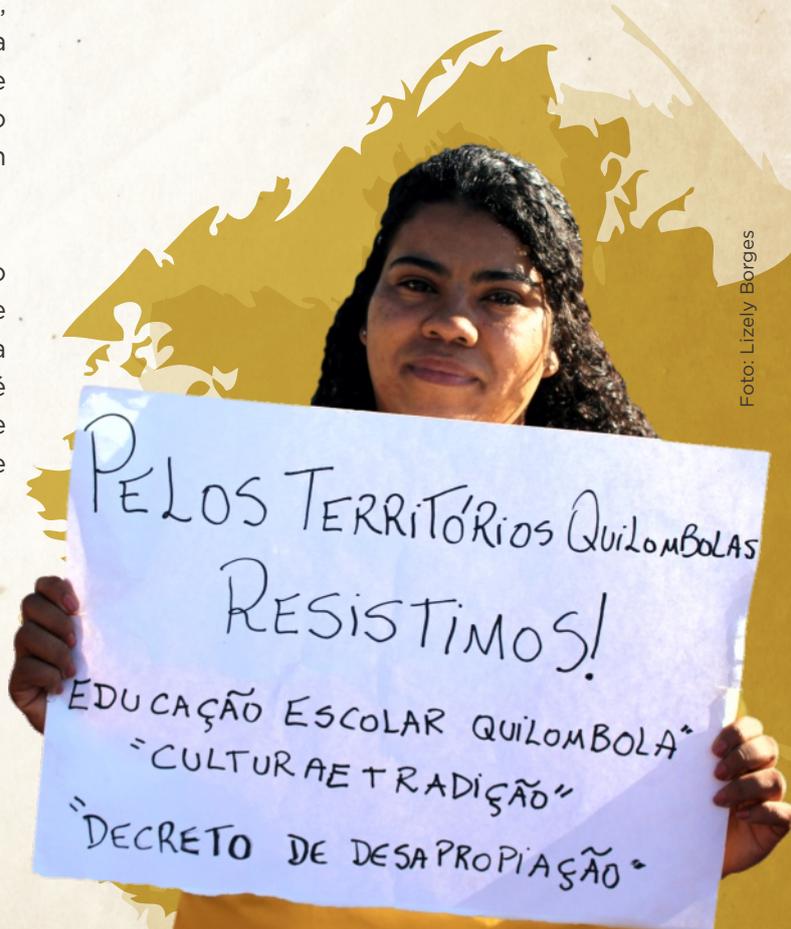
Enquanto os avanços na política para titulação quilombola andam a passos lentos no Brasil, a estimativa para conclusão dos processos de regularização fundiária dos territórios quilombola aumenta a cada ano. Uma análise realizada pela Terra de Direitos estima que, no atual ritmo, serão necessários 2.708 anos para titular todo o território dos 1.857 quilombos com processos abertos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), órgão responsável pela execução da política.

• Para estimar esse número foi considerada a quantidade de territórios totalmente titulados até o momento, pelo governo federal – por meio do Incra ou da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) –, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988. Foi a Constituição Federal que reconheceu o direito quilombola ao território tradicional. Em 35 anos, apenas 24 quilombos receberam o título de toda a área do território e outros 33 receberam o título de apenas parte da área que as comunidades têm direito (titulação parcial). Dos 57 títulos emitidos, 54 foram de atribuição do Incra e três da SPU.

O cálculo, ainda que ilustrativo, indica que, caso o atual ritmo seja mantido, a titulação integral de todas as áreas de quilombos no Brasil seria finalizada apenas no ano de 4732. O número é bastante alto, considerando a urgência que quilombolas enfrentam em ter a garantia de poderem permanecer em suas terras.

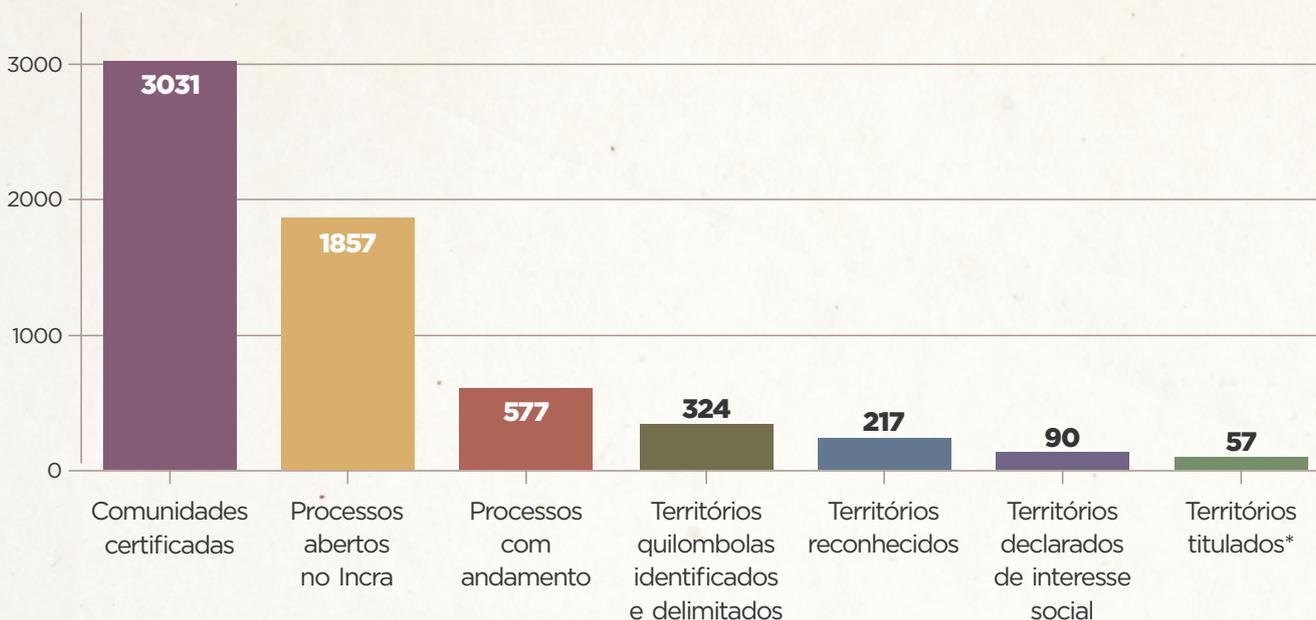
*\*A estimativa não contabiliza processos de regularização fundiária quilombola de atribuição de estados e municípios ou de comunidades que não tiveram certificação da Fundação Palmares e, portanto, não deram entrada no processo administrativo no Incra.*

No ritmo atual,  
a finalização da  
**titulação dos**  
**territórios**  
**quilombolas**  
deve ocorrer  
apenas  
no ano de  
**4732**



PELOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS  
RESISTIMOS!  
"EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA"  
"CULTURA E TRADIÇÃO"  
"DECRETO DE DESAPROPIAÇÃO"

## Territórios quilombolas com etapas concluídas no processo de regularização fundiária quilombola



\*Dos 57 territórios titulados, apenas 24 deles têm o título de 100% da área. Outros 33 possuem apenas uma parte da área titulada.  
Fonte: Incra e Fundação Cultural Palmares (maio de 2024)

Ao observar o avanço na conclusão das etapas necessárias para um território quilombola ter o título emitido, é possível identificar que ainda poucos territórios tiveram seus processos concluídos.

O Brasil possui 3.031 comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares - etapa inicial, de autorreconhecimento pela comunidade. As etapas seguintes, de atribuição da autarquia federal, apresentam números bem menores. Dos 1.857 processos abertos no Incra apenas 324 territórios quilombolas foram identificados e delimitados (publicação do RTID), 217 foram reconhecidos por decreto, 90 declarados de interesse social (publicação de portaria) e apenas 57 foram titulados (parcial ou total).

Dos 57 territórios titulados, apenas 24 deles têm o título de 100% da área. Outros 33 possuem apenas uma parte da área titulada.

Enquanto os territórios não são titulados, quilombolas sofrem as mais variadas pressões: desde a especulação imobiliária, o conflito com fazendeiros e empresas, até a violação de direitos que em muitos casos é promovida pelo próprio poder público.

*Dona Vani,  
quilombola  
de Serra do  
Apon (PR)*



# Violência contra quilombos e titulação

O risco à vida de lideranças quilombolas é mais um dos prejuízos trazidos pela falta de titulação. A 2ª edição da pesquisa **Racismo e Violência contra Quilombos no Brasil**, desenvolvida pela Coordenação Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) e Terra de Direitos em 2023, identifica que, dos assassinatos de quilombolas registrados no Brasil entre 2018 e 2022, 65% aconteceram em territórios não titulados – nos quilombos sem título, 70% dos assassinatos foram motivados por conflitos fundiários.

Leia mais:



## Urgente fortalecimento da política de titulação

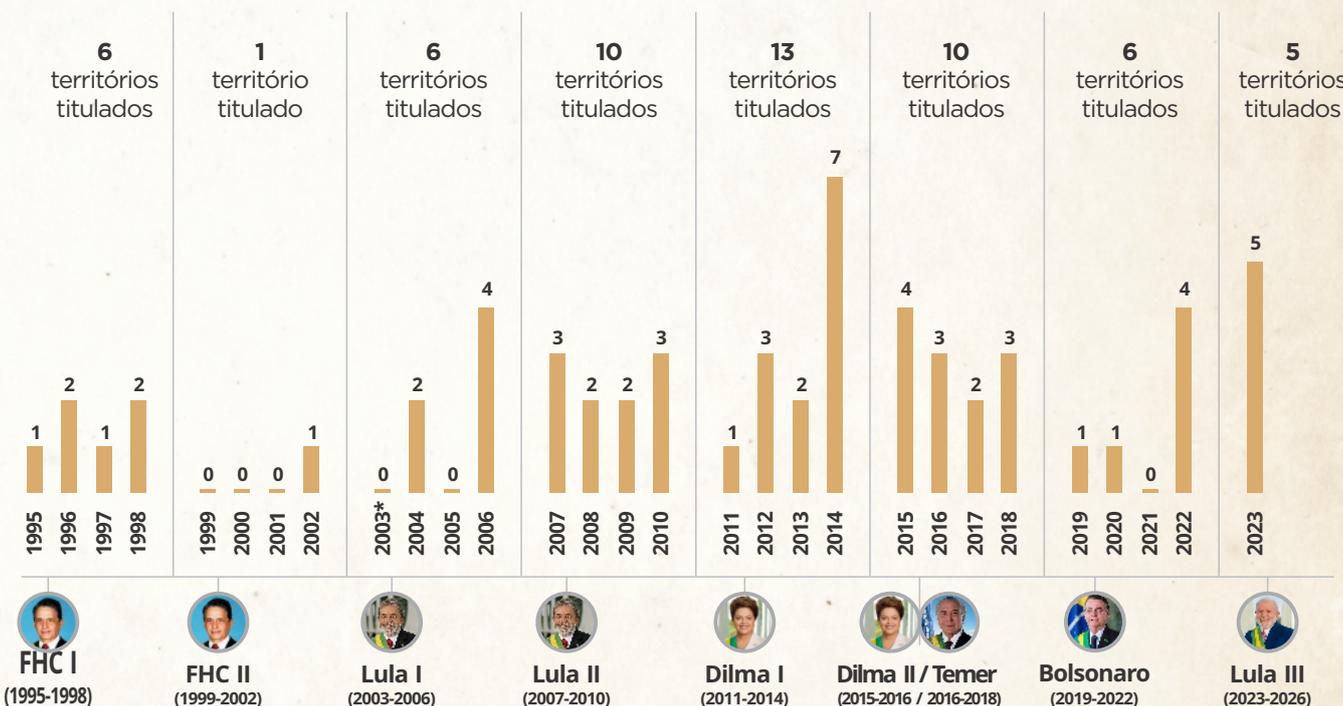
A nova gestão de governo, sob comando de Luis Inácio Lula da Silva, não tem ainda dado uma resposta adequada à demanda represada anteriormente. No primeiro ano do novo governo, em 2023, apenas cinco territórios quilombolas foram titulados – quatro deles de maneira parcial, e apenas um recebeu o título por todo território.

Ainda que bastante reduzido em relação à totalidade da demanda, os títulos emitidos no último ano representam um avanço em relação ao que foi executado no governo de Jair Bolsonaro (PL), público opositor da política de titulação quilombola. Apenas em 2023 foram titulados praticamente o mesmo número de territórios que entre 2018 e 2022, quando apenas seis quilombos receberam o título.

### Quantidade de territórios quilombolas titulados, por ano

Territórios titulados ■

Dados: Incra (maio/2024)



\* Criação do Decreto nº 4.887/2003, que regulamentou os procedimentos necessários para a titulação de territórios quilombolas.

# Titulação integral

A lentidão em titular a totalidade da área reconhecida como de direito também traz impactos negativos para a comunidade quilombola. Isso porque fragmenta o território e afeta a reprodução da vida das famílias e a organização comunitária, como por exemplo na disponibilidade de áreas para plantio e para moradia.

Dos 33 territórios que estão parcialmente titulados, 22 deles tem o título de menos da metade da área reconhecida como de direito. O Quilombo de Brejo dos Negros, no município de Brejo Grande (SE), por exemplo, tem o título de apenas 19 hectares dos mais de 8 mil hectares que formam o território tradicional – ou seja, apenas 0,24% da área está regularizada.

## Área titulada dos quilombos com títulos parciais

### MENOS DE 25% DA ÁREA TITULADA



### DE 25% A 50% DA ÁREA TITULADA



### DE 51% A 75% DA ÁREA TITULADA



### MAIS DE 75% DA ÁREA TITULADA



Fonte: Incra (maio/2024)

Outro aspecto importante é que, com frequência, as áreas tituladas parcialmente são as pequenas áreas e onde não estão presentes os conflitos com fazendeiros, grileiros, mineradores, empreendimentos, entre outros. Diante da ausência de planejamento do Incra para titulação da totalidade dos territórios, o ônus em lidar com o conflito recai sobre a comunidade, em um território fragmentado.

Leia mais:

